

**EDMEIRE CRISTINA PEREIRA**  
**(Professora Assistente I da UFPR)**

**PESQUISA SOBRE A GESTÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Projeto de Pesquisa apresentado ao  
Departamento de Ciência e Gestão da  
Informação (DECIGI), da Universidade  
Federal do Paraná (UFPR).**

**CURITIBA**

**2002**

## 1 O PROBLEMA

Do desejo de produzir um artigo sobre “patentes” , como fonte de informação científico-tecnológica, enfocando a sua importância em relação à capacidade criadora e à divulgação das inovações que contêm, a autora, juntamente com a Prof<sup>ª</sup>. Dra. Leilah S. Bufrem – ambas do Departamento de Ciência e Gestão da Informação desta Universidade – resolveram pesquisar a respeito; inclusive, pelo fato de que as duas professoras já lecionaram na cadeira de Fontes de Informação Especializadas junto ao Curso de Graduação em Biblioteconomia e Gestão da Informação e têm consciência da pertinência do tema.

Entretanto, com as primeiras leituras que foram realizadas, foi possível refletir que a intenção não era a de apenas confeccionar um artigo “conceitual”. Isso, já existe na literatura de Fontes de Informação. A idéia que foi tomando forma era a de se obter dados sobre a produção do conhecimento tecnológico na UFPR. Nesse momento, nos deparamos com o real problema de pesquisa a ser solucionado – pelo menos, em parte: a escassez de dados e informações sobre a produção intelectual, especificamente, a Propriedade Industrial, pelos professores-pesquisadores da Universidade.

Qual não foi nossa surpresa que, pouquíssimas instituições de pesquisa no Brasil, já dispõem de dispositivos internos de regulamentação e proteção da propriedade industrial sobre patentes. Tal é o caso das seguintes instituições: USP; UNICAMP; UFSC; UFRJ; EMBRAPA; FIOCRUZ e UFMG.

Dessa constatação, pudemos perceber que a realização de uma pesquisa a respeito do tema-problema seria muito bem-vinda junto à nossa Instituição. Daí, nossa proposição em forma de projeto de pesquisa; inclusive, contando com o apoio do Prof. Ivo Alexandre Hummelgen – Coordenador Geral de Pesquisa, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) de nossa Instituição.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar a situação da UFPR, frente às questões da Propriedade Industrial, no que tange à Gestão da Informação Tecnológica.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar dados sobre os professores/pesquisadores que têm envolvimento com a Propriedade Industrial;
- Identificar dados sobre o comportamento de busca da Informação Tecnológica, pelos professores/ pesquisadores;
- Levantar informações sobre o “estado-da-arte” da Gestão da Informação Tecnológica na UFPR.

## **3 JUSTIFICATIVA**

Do ponto de vista de sua relevância, temos conhecimento de que as patentes são bens intelectuais que estimulam a concorrência e o progresso tecnológico das empresas e países; que passam a enxergá-las como uma das formas de retorno de investimento em P&D. A definição de SANTOS & LONGO (1999, p. 38), abaixo, nos evidencia que as patentes são peça-chave do Sistema de Inteligência Competitiva para as organizações: “Título de propriedade industrial, identificado por um número oficial, protegido, na medida das reivindicações que enuncia e durante um certo período, uma invenção devidamente descrita. Monopólio concedido pelo Estado a um inventor garantindo exclusividade do uso econômico de determinada invenção ou literatura. Esta fonte é peça-chave do Sistema de Inteligência Competitiva”.

Por conseguinte, o que vem a ser Propriedade Industrial? Buscamos em MITTELBACH (1998, p. 30) – Diretora de Patentes do INPI, o que segue:

A propriedade industrial é o ramo da propriedade intelectual que visa à concessão de patentes, para proteger o conhecimento tecnológico, à proteção de criações ornamentais por meio de concessão de registro de desenho industrial, à concessão de marcas, à repressão a falsas indicações geográficas, e à repressão à concorrência desleal. Toda essa matéria está regulada pela Lei 9.279/96, a nova Lei da Propriedade Industrial, de 14 de maio de 1996, usualmente denominada Lei das Patentes.

Esclarecidos esses dois conceitos básicos: Propriedade Industrial/ Patentes, cumpre-nos ressaltar que devido ao grande número de publicações, projetos de pesquisa, teses e dissertações defendidas ou em andamento na Universidade, isso evidencia todo o potencial de patenteamento na Instituição. O Projeto “Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná”, de autoria do TECPAR com parceria da UFPR e CEFET – PR (PASSOS, 2002), cita o “Estudo da Viabilidade Técnica e Econômica da Inventiva Nacional”, do Ministério de Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – MDIC (1998) que, ao listar uma série de problemas, que também são observados no Paraná, chamou-nos a atenção os seguintes itens:

“6 – No Brasil, contrariamente ao quadro existente nos países industrializados, o número de pedidos de patentes de pessoa física é superior ao de pessoa jurídica. Este paradoxo evidencia a falta de conscientização por parte de nossas empresas, centros de pesquisas e universidades, relativamente ao aspecto da vantagem competitiva propiciada pela patente”.

“7- Do levantamento realizado em pedidos de patente, observou-se um baixo desempenho pelas Universidades e Centros de Pesquisas. Falta uma política de estímulo ao patenteamento. É limitado o reconhecimento em várias Instituições de P&D e Universidades do País, de que a patente é indicador que revela a tendência e o caráter tecnológicos”.

Assim sendo, acreditamos ser oportuna, a presente proposta de pesquisa, porque como já fora dito anteriormente, não passam de sete instituições brasileiras, aquelas que, pioneiramente, já criaram mecanismos institucionais de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia. Pelo trabalho de RODRIGUES JÚNIOR et al (2000), em seu artigo “Produção do Conhecimento Tecnológico na UFMG”, os autores nos colocam a par do histórico da discussão de patentes naquela Universidade, cujo começo foi em 1977 e culminou na criação da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CT & IT), em 1996, com apoio financeiro do MCT.

Pelo livro de MACEDO & BARBOSA (2000), intitulado: “Patentes, Pesquisa & Desenvolvimento” : um manual de Propriedade Intelectual, tomamos conhecimento da Coordenação de Gestão Tecnológica, da FIOCRUZ, criada em 1986, que é uma referência importantíssima a técnicos e pesquisadores.

E pelo Projeto “Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná” já citado neste trabalho, há uma referência a Scholze & Chamas (2000) que citam, além da UFMG e FIOCRUZ:

- EMBRAPA e seu Comitê de Propriedade Intelectual/ Coordenadoria de Propriedade Intelectual do Departamento de Programação Econômica e Desenvolvimento Comercial;
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS e sua Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e sua Fundação COPPETEC;
- A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO e seu Grupo de Assessoramento ao Desenvolvimento de Inventos;
- A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS e sua Comissão Permanente de Propriedade Industrial e Escritório de Transferência de Tecnologia.

Nesse momento, abrimos um parênteses para divulgar que a UFPR, por meio de sua PRPPG, já tem um Núcleo de Patentes e Propriedade Industrial, como parte das ações de parceria entre a UFPR, o TECPAR e o CEFET-PR, junto ao Projeto: “Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná”. Além do que, já delineou um anteprojeto de Resolução (do qual fizemos parte) que pretende regulamentar o registro de patentes e a propriedade industrial/intelectual na UFPR (UFPR, 2002, p.2).

Dessa realidade, ainda incipiente, acreditamos que o Brasil tem de investir cada vez mais em pesquisas científicas e tecnológicas. Só para se ter uma idéia, enquanto no Brasil, o investimento é de cerca de 1,4% do PIB em pesquisa científica, nos Estados Unidos e Japão, o montante é em torno de 3% (DIEGUEZ, 2001, p.122). Já, quanto às comparações entre Brasil e Coréia do Sul, em termos de reconhecimento de patentes nos Estados Unidos, vejamos:

#### **PATENTES REGISTRADAS**

	<b>BRASIL</b>	<b>CORÉIA DO SUL</b>
1980	33	30
2000	96	3600

**Fonte: INPI**

Esses dados sugerem que o Brasil apesar de possuir excelentes doutores, detém os direitos de poucas patentes. Ao passo que, na Coréia do Sul, 80% dos recursos em pesquisas são desembolsados pelas empresas (DIEGUEZ, 2001, p.122).

Quanto aos benefícios desse projeto, esperamos que o mesmo se coadune com o Projeto principal da “Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná”, da qual a UFPR faz parte, bem como da Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), criada em Agosto de 2002 pelo TECPAR, e que signifique uma mudança de cultura na Instituição, ou seja, que os pesquisadores não disponham apenas de informações, mas também, de orientações sobre aspectos vários da Propriedade Industrial. Que esse Projeto possa agregar a participação dos alunos, principalmente, do Curso de Gestão da Informação (no geral) e dos alunos da disciplina optativa

“Gestão da Informação em C & T”, ministrada neste 2º semestre de 2002 pela autora do Projeto. O intuito, nesse caso, é unir cada vez mais a teoria da prática docente e de pesquisa; dentro do princípio educativo: “ensino com pesquisa”. Além de ser um primeiro diagnóstico realizado na UFPR sobre o tema.

Em termos de interesse pessoal da pesquisadora, às razões expostas acima, acrescentaríamos o fato de que este Projeto faz parte das atividades de nossa linha de pesquisa “Informação Gerencial, Poder e Tecnologia”, do Grupo de Pesquisa: Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, liderado pelo Prof. Dr. José Henrique de Faria, da UFPR.

Por fim, acreditamos na viabilidade deste projeto devido ao apoio recebido pela PRPPG e pela pertinência, importância e atualidade do tema, à luz das discussões da Lei de Inovações que está para ir ao Congresso; além de contar com o interesse manifesto de nossos alunos e colegas.

#### **4 METODOLOGIA/CRONOGRAMA**

Visando atingir os objetivos explicitados acima, pretende-se:

##### **ETAPA I – Estudos Preliminares**

**Mês: Outubro/02**

Nessa etapa, estudar-se-á aspectos da Propriedade Industrial, em pesquisas bibliográficas e estudo das legislações vigentes.

##### **ETAPA II – Coleta de Dados**

**Mês (es): Novembro e Dezembro/02**

Para a execução desta etapa de Pesquisa, será elaborado um questionário e/ou formulário com 14 questões semi-estruturadas e uma, aberta; divididas em três partes:

Parte I – dados cadastrais do (a) Pesquisador (a);

Parte II – dados sobre o comportamento de busca da Informação Tecnológica pelos Pesquisadores da UFPR;

Parte III – dados sobre a Gestão da Informação Tecnológica na UFPR, a serem aplicados.

Será obtida, também, junto à PRPPG, uma listagem dos pesquisadores da UFPR.

### **ETAPA III – Registro e Análise dos Dados**

**Mês (es): Janeiro/03**

Nesta etapa dos trabalhos, os alunos colaboradores serão divididos em equipes para as análises, em separado, das diversas áreas do conhecimento. Os pesquisadores e seus questionários serão divididos pelas 8 seções da Classificação Internacional de Patentes (CIP), a saber:

A – Necessidades Humanas.

B - Operações de Processamento, Transporte.

C – Química e Metalurgia.

D – Têxteis e Papel.

E – Construções e Fixas.

F – Engenharia Mecânica, Iluminação, Aquecimento, Armas e Explosão.

G – Física.

H – Eletricidade.

Cada equipe será responsável pela aplicação do instrumento de coleta junto aos pesquisadores, bem como à tabulação dos dados.

### **ETAPA IV – Elaboração e divulgação dos resultados da Pesquisa**

**Mês (es): Fevereiro/03 e Março/03**

Nesta etapa, a Professora-Orientadora e Coordenadora do Projeto redigirá o relatório da pesquisa e o encaminhará para apreciação e posterior publicação da parte da PRPPG.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.279 de 14 mai. 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Legislação Federal**, p. 1269-1306.
- BRASIL. Projeto de Lei. Dispõe sobre medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências. **Ministério da Ciência e Tecnologia**, 2001.
- DIEGUEZ, Consuelo. Coréia dá de dez. **Veja**, São Paulo, ed. 1705, ano 34, n. 24, p. 121-22, 20 jun. 2001.
- MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves; BARBOSA, A. L. Figueira. **Patentes, pesquisa e desenvolvimento**: um manual de propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000. 161 p.
- MITTELBACH, Maria Margarida. Propriedade Industrial. In: CAVALCANTI, Ana Regina de Holanda (Coord.). **Mesa Redonda Regulamentação da Propriedade intelectual no Brasil**: situação atual. Rio de Janeiro: REPICT; Brasília: ABIPTI, 1998. p. 29-33.
- ZANON, Marcus Julius. (Proponente). **Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná**. (Projeto). Curitiba: TECPAR, 2002. 27 fls.
- RODRIGUES JUNIOR, J. M. R. et al. Produção do conhecimento tecnológico na UFMG. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.5, n.2, p. 231-42, jul./dez. 2000.
- SANTOS, Raimundo Nonato M.; LONGO, Rose M. J. Tecnologia da informação como apoio à decisão. In: \_\_\_\_\_. **MBA Executivo e Administração – Tecnologia da Informação**. São Paulo: IBMEC Business School, 1999. 50 p.; p. 38-50.
- UFPR terá núcleo de patentes e propriedade industrial. **Informe PRPPG**, Curitiba, ano 1, n. 2, p.2, jul. 2002.